



DECISÃO!

Rua Albita, 194 / Cruzeiro / Belo Horizonte / MG / CEP 30.310-160

Magistrados celebram conquistas de 2017

EDUARDO ROCHA



Banda Jota Quest embalou o evento com a participação de magistrados e familiares

Mais de 700 pessoas participaram, dia 2 de dezembro, do tradicional encontro de conagração de final de ano, em demonstração da união da classe e em comemoração às realizações de 2017, quando a Amagis se empenhou, em Brasília e em Minas, para impedir perdas e retrocessos. Apesar dos riscos, o Judiciário mineiro bateu metas e conquistou o selo ouro do CNJ. **PÁGINAS 3, 9 e 21**



ANTECIPE A MARCAÇÃO DO CHECK-UP - PÁGINA 32

Associações fortalecem atuação no DF

As Associações de classe, entre elas a Amagis, reforçaram a atuação em Brasília, nos últimos dias do ano, para impedir o avanço de propostas prejudiciais ao Judiciário. **PÁGINA 3**

Apac recebe premiação internacional

Realizado em toda a América Latina, o Prêmio Empreendedor Social entregue, no dia 6 de novembro, trouxe reconhecimento internacional à metodologia apaqueana. **PÁGINAS 16 e 17**

Resistência desarma pautas 'bomba' contra Magistratura

MAURÍCIO SOARES*

Chegamos ao último mês do ano, com a convicção de termos alcançado, até aqui e ainda que parcialmente, as metas traçadas em defesa da Magistratura. As ameaças persistem, mas, até o momento, nossa resistência, somada à de outros setores, tem sido eficiente para espantar perdas e retrocessos institucionais.

Durante todo este 2017, convivemos com riscos diversos, desde a criminalização da atividade judicante, em grave violação das prerrogativas constitucionais, até prejuízos à autonomia do Judiciário e a direitos conquistados.

Ao todo, enfrentamos, até aqui, pelo menos 10 pautas 'bomba' contra a Magistratura e o Judiciário: reforma da Previdência, dois projetos de abuso de autoridade, extinção do Fundo de reaparelhamento dos Tribunais, puni-

viagens e reuniões em Brasília, participamos de atos públicos para alertar a sociedade contra o processo de extinção do sistema previdenciário, realizamos palestra/debate, produzimos vídeo analisando seus impactos, apresentamos cinco emendas para preservar direitos e garantias constitucionais da Magistratura. Enfim, acreditamos e apostamos sempre na democracia e no diálogo enquanto modelos republicanos de decisões. Não foi em vão.

Ainda no dia 26 de abril, após intensa mobilização e atuação das Associações de Magistrados, entre elas a Amagis, foram excluídos, no Senado, os pontos nocivos à classe e a todo o sistema de Justiça da aprovação do projeto de abuso de autoridade (PLS 280/16 e 85/17). Ainda falta passar pela Câmara, onde estamos presentes 24 horas do

“Por meio do incansável diálogo, corpo a corpo intenso e interlocução permanente, construímos verdadeira fortaleza de resistência”

ção de magistrado por violação de prerrogativas de advogados, alterações na Lei Maria da Penha, extrateto remuneratório, congelamento e desvinculação do reajuste dos subsídios, ameaça à autonomia orçamentária do Judiciário, extinção de zonas eleitorais, entre outras.

Mais do que campanha negativa, o pacote é um explícito movimento de retaliação a toda a classe e ao sistema de Justiça no histórico momento de combate à corrupção. Contra isso, mantivemos desde o final do ano passado (2016) um plantão quase permanente nos corredores, gabinetes, comissões e plenários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal para desarmar as ameaças.

Por meio exclusivamente do incansável diálogo, corpo a corpo intenso e interlocução permanente, construímos, coletivamente e em parceria com outras carreiras jurídicas, uma verdadeira fortaleza de resistência. Fizemos incontáveis

dia e 365 dias do ano. Dois dias depois, 28, participamos de ato público pela independência da Justiça, em BH.

Outro importante resultado dessa atuação aconteceu no dia 10 de maio, quando a Câmara dos Deputados retirou o artigo 11 do PLP 343/17, que previa a extinção do Fundo de Reaparelhamento dos Tribunais.

Estaremos vigilantes até o último minuto desse difícil ano no Legislativo e em todo o País, principalmente, pelas iniciativas equivocadas do Poder Executivo, que, sem abrir o debate, impôs agendas negativas e de desmonte de direitos consagrados da sociedade.

Fortaleceremos a resistência contra mudanças tão negativas, como a da Previdência, nesse cenário de instabilidade política. Não acreditamos em discursos sobre déficits divulgados sem transparência, muito menos aceitaremos ser vítimas de má-gestão das contas públicas. ■

(*) *Presidente da Amagis*

ÍNDICE DECISÃO!

Associações reforçam
interlocução em Brasília
PÁG 03

Diretoria debate direitos
dos aposentados no TJ
PÁG 04

Amagis discute execução
orçamentária no TJMG
PÁG 05

Juizes reforçam
96 comarcas mineiras
PÁG 06

Amagis esclarece
provimento do CNJ
PÁG 08

América Latina reconhece Apac
PÁG 16

Magistratura debate a
reforma do Código Penal
PÁG 18

Fachada da sede é revitalizada
PÁG 24

Águas termais são
opção para as férias
PÁG 25

+SAÚDE!

Planos terão novos
procedimentos em janeiro
PÁG 29

Conselho faz balanço
positivo de 2017
PÁG 32

JORNAL MENSAL

ISSN - 1981-4577 (Decisão Impresso)
ISSN - 1981-4569 (Decisão On-line)



PRESIDENTE
Desembargador Maurício Torres Soares

Vice-presidente Administrativa:
Juíza Cristiana Martins Gualberto Ribeiro
Vice-presidente Financeiro:
Desembargador Alberto Diniz Júnior
Vice-presidente de Saúde:
Juíza Luzia Divina de Paula Peixoto
Vice-presidente dos Aposentados e Pensionistas:
Juiz José Martinho Nunes Coelho

Vice-presidente do Interior:
Juiz Antônio Carlos Parreira
Vice-presidente Sociocultural-Esportivo:
Juiz Ricardo Torres Oliveira
Diretor-Secretário:
Juiz Christyano Lucas Generoso
Diretora-Subsecretária:
Juíza Rosimere das Graças do Couto

Rua Albina, 194 • Cruzeiro - Belo Horizonte • MG - Telefax: (31) 3079-3499
e-mail: imprensa@amagis.com.br - www.amagis.com.br

Diretor de Comunicação
Juiz Christyano Lucas Generoso
Coordenador de Comunicação:
Bruno Gontijo • Mtb - MG: 11008
Jornalistas:
Georgina Baçvaroff • Mtb - MG: 08441
Fernanda Marques • Mtb - MG: 12188
Tiago Parrela • Mtb - MG: 14634
Izabela Machado • Mtb - MG: 11210

Projeto Gráfico:
Agência Graffo
Diagramação:
Fosfato Comunicação Digital
Pré-impressão/Impressão:
Gráfica e Editora Del Rey

TIRAGEM: 2.300 EXEMPLARES

Associações reforçam interlocução em Brasília

Maurício Soares prioriza atuação sobre Reforma da Previdência e os projetos do extrateto e abuso de autoridade

Com a movimentação no Congresso Nacional referente a projetos de interesse da Magistratura, o presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, juntamente com a AMB e Associações de magistrados de todo o País, retomou as gestões junto aos parlamentares, em Brasília, para impedir retrocessos no Judiciário.

No dia 21 de novembro, Maurício Soares, o presidente da AMB, juiz Jayme de Oliveira, e lideranças de outras Associações reuniram-se com o vice-presidente da Câmara dos Deputados, Fábio Ramalho (PMDB-MG), e com o líder da maioria na Câmara, Deputado Lelo Coimbra (PMDB-ES). Na ocasião, foram discutidos os projetos que dispõem sobre a Reforma da Previdência, extrateto e abuso de autoridade.

No dia 1º de novembro, o Projeto de Lei (PL) 3.123/2015, que disciplina, em âmbito nacional, a aplicação do limite máximo remuneratório mensal de agentes políticos e públicos foi apensado ao projeto do extrateto, evitando assim a discussão de matéria do mesmo teor em mais de um PL.

Já que no se refere ao projeto de

abuso de autoridade, a Amagis está atenta às alterações realizadas na Comissão de Constituição e Justiça do Senado, no dia 26 de abril, quando foi aprovado substitutivo do senador Roberto Requião (PMDB-PR), cujo texto retirou pontos nocivos à independência da Magistratura.

A Reforma da Previdência voltou a ganhar destaque na pauta do Palácio do Planalto, que avalia mudanças no primeiro escalão do governo, com o objetivo de consolidar a base de apoio para poder encaminhar o projeto para a votação e tentar aprovar a proposta ainda neste ano.

A interlocução com os parlamentares foi um dos temas discutidos, no dia 9 de novembro, durante a reunião da diretoria da Amagis, da qual participaram o presidente Maurício Soares e os juízes José Martinho Nunes Coelho, vice-presidente de Aposentados e Pensionistas, Christyano Lucas Generoso, diretor de Comunicação, e as juízas Luzia Peixoto, vice-presidente de Saúde, e Cristiana Martins Gualberto, vice-presidente Administrativa, e Rosimere das Graças do Couto, diretora-subsecretária. ■

FOTOS: AMAGIS

Dirigentes de Associações com o deputado Lelo Coimbra



Alberto Diniz, Nelson Missias, Fábio Ramalho e Maurício Soares



Diretoria durante reunião na Amagis



Diretoria debate direitos dos aposentados no TJ

Diretores da Associação reuniram-se com o presidente do Tribunal de Justiça

IZABELA MACHADO

O presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, reuniu-se, no dia 6 de novembro, com o presidente do TJMG, desembargador Herbert Carneiro, para apresentar reivindicações dos magistrados mineiros aposentados.

Além do presidente da Amagis, participaram do encontro, o vice-presidente dos Aposentados e Pensionistas da Associação, juiz José Marti-



Reynaldo Ximenes, Maurício Soares, Herbert Carneiro, José Martinho e Cláudio Figueiredo

nho Nunes Coelho, o diretor de Aposentados da Amagis e diretor de Comunicação da AMB, juiz Cláudio Manuel Barreto de Figueiredo, e o ex-presidente da Amagis, desembargador

Reynaldo Ximenes. No encontro, o presidente Maurício Soares destacou a importância do diálogo entre a Amagis e o TJMG para garantir os direitos e as prerrogativas da classe.

No âmbito nacional, a Amagis tem participado constantemente das reuniões da Coordenadoria de Aposentados da AMB, nas quais, geralmente, são discutidas, entre outras pautas, a necessidade de se definir com mais clareza o princípio da paridade da Magistratura, extensão de benefícios aos aposentados, Adicional por Tempo de Serviço (ou Valorização do Tempo de Exercício na Magistratura).■

Garantida defesa de magistrados

Órgão Especial nega agravo e arquiva notícia-crime durante sessão

Com defesa patrocinada pela Amagis, nos dias 8 e 22 de novembro, o Órgão Especial do TJMG negou provimento ao agravo em ação e decidiu pelo arquivamento de notícia crime contra

magistrados. O presidente da Associação, desembargador Maurício Soares, participou das sessões.

No dia 8 de novembro, o colegiado nomeou ainda o desembargador Cássio Salomé e os juízes Nicolau Lupianhes, Eveline Mendonça Félix e Marcelo Fioravante para comporem

a comissão do próximo concurso extrajudicial. Os membros da corte também aprovaram a participação de magistradas em fóruns que promovem a formação continuada.

Já no dia 22, o Órgão Especial aprovou a redação do final do processo da Comissão e Divisão Judiciárias que trata

da denominação do Fórum da Comarca de Botelhos (Sul de Minas). A votação dos provimentos do Edital nº 21/2017 foi suspensa e está prevista para ocorrer na próxima sessão do Órgão.■

Veto barra recuo na Maria da Penha

Associações contestaram substituição de juiz na aplicação de medidas protetivas



O presidente Michel Temer atendeu à solicitação de Associações de magistrados de todo o País, entre elas a Amagis, e vetou, no dia 8 de novembro, o artigo 12-B e outros dois parágrafos do projeto que muda a Lei Maria da Penha.

O presidente da Amagis, desembargador Maurício

Soares, enviou ofício ao presidente da República, no dia 31 de outubro, no qual defendeu o veto em nome dos princípios constitucionais de Separação dos Poderes e Reserva da Jurisdição.

Caso não fosse vetada, essa alteração na Lei Maria da Penha, aprovada pelo

Congresso Nacional em novembro, permitiria à polícia aplicar medidas de urgência de proteção a vítimas em substituição a determinações de um juiz, que seria comunicado em um prazo de 24 horas.■

Amagis discute execução orçamentária no TJMG

Presidente participa das reuniões da Comissão do Orçamento e Comitê Gestor

Com prioridade à execução orçamentária, o presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, participou, no dia 27 de novembro, da reunião da Comissão de Orçamento, Planejamento e Finanças do TJMG. Três dias antes, juntamente com a vice-presidente Administrativa da Associação, Cristiana Gualberto, ele já havia participado da reunião do Comitê Gestor Regional do Tribunal.

A participação da Associação nesses dois fóruns tem como objetivo buscar uma distribuição equitativa do orçamento e da força de trabalho, pois a diretoria avalia que, na execução orçamentária, é possível implementar medidas necessárias à priorização do primeiro grau de jurisdição. Entre essas medidas, está a alocação de mais cargos em comissão, de mais estagiários de graduação e de pós-

Edison Feital,
Maurício Soares e
Herbert Carneiro

IZABELA MACHADO



-graduação e na área de apoio à atividade judicante.

A distribuição de cargos em comissão e funções de confiança nos órgãos de primeiro e segundo graus

do Judiciário, em cumprimento da Resolução 219 do CNJ, foi também o principal ponto de pauta discutido na reunião do Comitê Gestor Regional. ■

Comissões da ALMG aprovam alterações na LODJ

Projeto será votado, agora, no plenário da Assembleia

A Comissão de Constituição e Justiça e a de Administração Pública, da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), aprovaram, no dia 30 de novembro, o PLC 70/2017, que altera a Lei Complementar 59 (LODJ), de 18 de janeiro de 2001. O projeto está pronto para ser votado no plenário do Legislativo neste mês.

Em interlocução permanente com os parlamentares, a diretoria da Amagis acompanha toda a tramitação da proposta. No dia 4 de dezembro, o presidente da Amagis, desem-

bargador Maurício Soares, o presidente do TJMG, desembargador Herbert Carneiro, e o vice-presidente Financeiro da Amagis, desembargador Alberto Diniz Junior, reuniram-se com os deputados Adalclever Lopes, presidente da ALMG, Durval Ângelo, Tiago Ulisses, Rogério Correia e João Magalhães, para tratar do projeto.

No dia 29 de novembro, Maurício Soares e Alberto Diniz já haviam estado na assembleia para conversar com os parlamentares sobre o PLC 70/2017. ■

Alberto, Durval, Herbert, Adalclever, João, Tiago, Rogério e Maurício Soares

ROBERT LEAL/TJMG



TIAGO PARRELA

Sargento Rodrigues, Leonídio Bouças, Maurício Soares, Alberto Diniz e João Magalhães



Juízes reforçam 96 comarcas mineiras

Amagis transmitiu sessão de designação para todos os magistrados

GEORGIA BACVAROFF



Juízes durante audiência de escolha das comarcas

A partir deste mês, 96 magistrados irão reforçar o Judiciário mineiro com a designação dos juízes substitutos para comarcas de diferentes regiões de Minas Gerais. A sessão para a escolha circunscrição judiciária, cujo critério adotado foi o de antiguidade, teve transmissão ao vivo pelo site da Amagis.

O presidente da Associação, desembargador Maurício Soares, e o vice-presidente

Financeiro, desembargador Alberto Diniz Júnior, acompanharam toda a sessão, que foi conduzida pelo superintendente administrativo da

Presidência do Tribunal, desembargador Carlos Henrique Perpétuo Braga.

O presidente do TJMG, desembargador Herbert Carneiro,

destacou a transparência e o diálogo que têm pautado sua gestão. "Estamos aqui para exercer democraticamente a distribuição do serviço judicial do nosso Estado nesta audiência pautada tão somente na defesa intransigente do interesse público e na impessoalidade", afirmou. Veja na página ao lado como ficou a distribuição dos juízes substitutos nas comarcas. ■

Amagis homenageia novos juízes

Magistrados concluíram o curso de Formação Inicial da Ejef

TIAGO PARRELA



Recepção aos novos juízes na sede da Amagis

Antes de tomarem posse, no dia 4 de dezembro, os novos juízes foram homenageados pela Amagis, no dia 24 de novembro, no Parque Esportivo da Associação, após a conclusão do 12º Curso de Formação Inicial de Juízes de Direito Substitutos da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef), do TJMG.

No encerramento do curso, o presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, saudou a todos pelo cumprimento de mais essa etapa e destacou que a Associação estará sempre ao lado e à disposição dos magistrados.

O 2º vice-presidente do TJMG e superintendente da Ejef, desembargador

Wagner Wilson Ferreira, agradeceu ao presidente da Amagis pela parceria e apoio

institucional em todos os eventos promovidos pela Escola. O vice-presidente e corregedor do

TRE-MG, desembargador Pedro Bernardes de Oliveira, que representou o Tribunal Eleitoral, pediu aos novos juízes que priorizem os processos eleitorais.

Participaram da recepção aos novos juízes, o vice-presidente dos Aposentados e Pensionistas, juiz José Martinho Nunes Coelho, e a diretora-subsecretária, juíza Rosimere das Graças do Couto. ■

RÁPIDAS

★ O presidente do TJMG, desembargador Herbert Carneiro, recebeu em seu gabinete, no dia 8 de novembro, a visita do governador Fernando Pimentel. O desembargador Carlos Henrique Perpétuo Braga e o secretário de Estado da Casa Civil e de Relações Institucionais, Marco Antônio Rezende Teixeira, também participaram do encontro, no qual foram tratados temas de interesse do Judiciário.

★ O desembargador Manoel dos Reis Morais lançou, no dia 23 de novembro, no Salão de Festas da Amagis, o livro *Ética e Direitos em Lima Vaz*, publicado pela editora Lumen Juris. Segundo o autor, a obra aborda o problema da dicotomização entre a ética e o direito.

DISTRIBUIÇÃO DAS COMARCAS

- ★ **Edson Zampar Júnior** - Caldas
- ★ **Arthur Eugênio de Souza** - Entre Rios de Minas
- ★ **Mônica Barbosa dos Santos** - Lima Duarte
- ★ **Elias Aparecido de Oliveira** - Rio Pomba
- ★ **Braulino Corrêa da Rocha Neto** - Carandaí
- ★ **Cláudio Henrique Cardoso Brasileiro** - Perdizes
- ★ **Sílvia Paiva de Souza Ramos Musse** - Andrelândia
- ★ **Alissandra Ramos Machado Matos** - Bonfinópolis de Minas
- ★ **Fernanda Machado de Moura Leite** - Elói Mendes
- ★ **Flávio Branquinho da Costa Dias** - Areado
- ★ **Maria Flávia Albergaria Costa** - Jaboticatubas
- ★ **Maria Juliana Albergaria Costa de Caux** - Esmeraldas
- ★ **Raul Fernando de Oliveira Rodrigues** - Caxambu
- ★ **Claíton Santos Teixeira** - Alpinópolis
- ★ **Anna Carolina Goulart Martins e Silva** - Paraopeba
- ★ **Daniel Réche da Motta** - Eugenópolis
- ★ **Rodrigo Dias de Castro** - Poço Fundo
- ★ **Elisandra Alice dos Santos Camilo** - Pratápolis
- ★ **Arnon Argolo Matos Rocha** - Medina
- ★ **Raphael Ferreira Moreira** - Santa Rita de Caldas
- ★ **Maria Jacira Ramos e Silva** - Perdões
- ★ **Danielle Louise Rutkowski Dias Engel** - Tupaciguara
- ★ **Marcio Bessa Nunes** - Camanducaia
- ★ **Angelo de Almeida** - Monte Santo de Minas
- ★ **Anna Paula Vianna Franco Carvalho** - Ouro Branco
- ★ **Fernanda Campos de Lana Alves** - Santo Antônio do Monte
- ★ **Fabiana Gonçalves da Silva Ferreira de Melo** - Santa Bárbara
- ★ **Maria Fernanda Manfrinato Braga** - Extrema
- ★ **Marcos Bartolomeu de Oliveira** - Coromandel
- ★ **Ricardo Alves Cavalcante** - Paraisópolis
- ★ **Vanessa Manhani Vaz** - Campos Gerais
- ★ **Karina Abdul Nour Tiosso** - Paraguaçu
- ★ **Caroline Rodrigues de Queiroz** - Serro
- ★ **Ludmila Lins Grilo** - Botelhos
- ★ **Fabiola Pinheiro da Costa Covelinhas da Rocha** - Luz
- ★ **Renata Nascimento Borges** - Barão de Cocais
- ★ **Danielle Rodrigues da Silva** - Tombos
- ★ **Felipe Alexandre Vieira Rodrigues** - Alvinópolis
- ★ **Leonardo Curty Bergamini** - Espera Feliz
- ★ **Felipe Manzanares Tonon** - Bom Sucesso
- ★ **Rachel Cristina Silva Viégas** - Abaeté
- ★ **Ana Maria Marco Antonio** - Carmo do Rio Claro
- ★ **Jefferson Val Iwassaki** - Prata
- ★ **Caroline Dias Lopes Bela** - Jacutinga
- ★ **Pedro Guimarães Pereira** - Santa Vitória
- ★ **Thales Cazonato Corrêa** - Capinópolis
- ★ **Diego Lavendoski Vasconcelos** - Ervália
- ★ **Estevão José Damazo** - Nova Era
- ★ **Miller Freire de Carvalho** - Vazante
- ★ **Anderson Zanotelli** - Aimorés
- ★ **Hilton Silva Alonso Junior** - Cláudio
- ★ **Diego Duarte Bertoldi** - Resplendor
- ★ **Glauber Oliveira Fernandes** - Lajinha
- ★ **José Alexandre Marson Guidi** - Ibiá
- ★ **Renato Polido Pereira** - Buritis
- ★ **Karine Loyola Santo** - Itapecerica
- ★ **Sibele Cristina Lopes de Sá Duarte** - Tarumirim
- ★ **Tatiana de Moura Marinho** - Três Marias
- ★ **Renan Bueno Ribeiro** - Campos Altos
- ★ **Manoel Jorge de Matos Junior** - Pompéu
- ★ **Carlos Pereira Gomes Junior** - Rio Piracicaba
- ★ **Luciana de Oliveira Torres** - Coração de Jesus
- ★ **Frederico Bordon de Castro** - Francisco Sá
- ★ **Thiago Guimarães Emerim** - Mutum
- ★ **Bruno Moya Raimundo** - Guaranésia
- ★ **Rodrigo Fernando Di Gioia Colosimo** - Porteirinha
- ★ **Marié Verceses da Silva Maia** - Raul Soares
- ★ **Flávia Braga Corte Imperial** - Rio Casca
- ★ **Rodrigo Martins Faria** - Grão Mogol
- ★ **Tiago Benetton Rossiti** - Malacacheta
- ★ **Roberto Troster Rodrigues Alves** - São Gotardo
- ★ **Manoel Carlos de Gouveia Soares Neto** - Presidente Olegário
- ★ **André Luiz Alves** - Conceição do Mato Dentro
- ★ **Felipe Ceolin Lirio** - Campestre
- ★ **Luíza Starling de Carvalho** - Corinto
- ★ **Maysa Silveira Urzedo** - Arinos
- ★ **Gustavo Eleutério Alcalde** - Ipanema
- ★ **André Luiz Riginel da Silva Oliveira** - São João Evangelista
- ★ **Vinicius Pereira de Paula** - Virginópolis
- ★ **Herrmann Emmel Schwartz** - Peçanha
- ★ **Larissa Teixeira da Costa** - Açucena
- ★ **Lucas Fonseca Silveira** - Turmalina
- ★ **Adriana Calado Paulino** - São João da Ponte
- ★ **Roger Galino** - Itamarandiba
- ★ **Eduardo Cunha Mansur** - Carlos Chagas
- ★ **Marcelo Magno Jordão Gomes** - Monte Azul
- ★ **Rafael Arrieiro Continentino** - Santa Maria do Suaçuí
- ★ **Rodrigo Kuniuchi** - Espinosa
- ★ **Paulo Victor de Franca Albuquerque Paes** - Águas Formosas
- ★ **Guilherme Esch de Rueda** - Rio Pardo de Minas
- ★ **Juliana Venera de Campos e Silva** - Taiobeiras
- ★ **Ronaldo Franca Paixão Júnior** - São João do Paraíso
- ★ **Gustavo Obata Trevisan** - Jequitinhonha
- ★ **Luiz Henrique Guimarães de Oliveira** - Minas Novas
- ★ **Frederico Vasconcelos de Carvalho** - Novo Cruzeiro
- ★ **Paula Ozi Silva Rosalin de Oliveira** - Jacinto

Amagis esclarece provimento do CNJ

Maurício Soares divulga nota garantindo cumprimento das normas

O presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, publicou, no dia 1º de setembro, nota de esclarecimento referente ao Provimento 64, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que estabelece diretrizes gerais para o pagamento dos subsídios dos magistrados brasileiros, publicado, na mesma data, pelo Corregedor Nacional de Justiça, ministro João Otávio de Noronha.

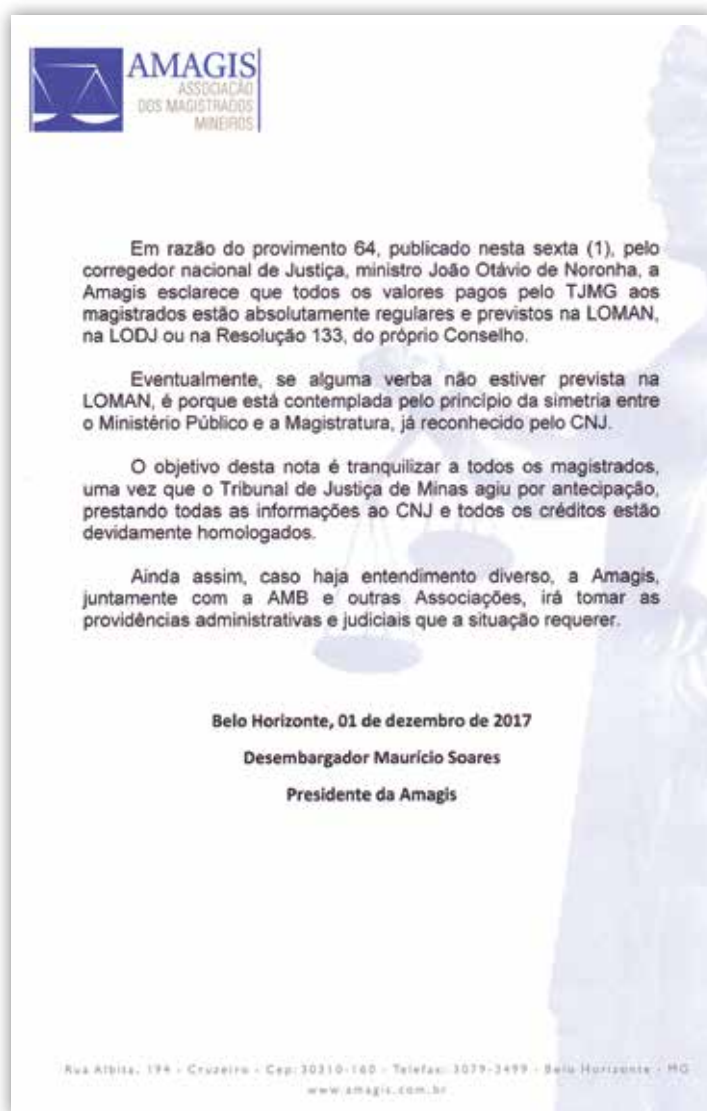
Na nota, o presidente da Associação esclareceu que todos os valores pagos pelo TJMG aos magistrados estão absolutamente regulares e previstos na Lei Orgânica da Magistratura Nacional, na Lei de Organização e Divisão Judiciária ou na Resolução 133, do próprio Conselho.

Sobre as normas do provimento, Maurício Soares observou ainda que, eventualmente, se alguma verba não estiver prevista na LOMAN é porque está contem-

plada pelo princípio da simetria entre o Ministério Público e a Magistratura, já reconhecido pelo CNJ.

A respeito da exigência de os Tribunais publicarem, na página do portal de transparência, informação referente ao pagamento de verbas autorizadas pelo CNJ, o presidente da Amagis disse que o TJMG agiu por antecipação, prestando todas as informações ao CNJ. Pontuou, no entanto, que todos os créditos estão devidamente homologados.

Maurício Soares também afirmou que, caso haja entendimento diverso, a Amagis, juntamente com a AMB e outras Associações, tomará as providências administrativas e judiciais que a situação requerer. Por fim, ele deixou claro que o objetivo da nota foi apenas o de tranquilizar a todos os magistrados com relação ao provimento 64 do CNJ. ■



Há 61 anos, a AMAGIS trabalha na defesa dos direitos dos magistrados mineiros.

www.amagis.com.br

Visite o nosso site e confira notícias sobre o Poder Judiciário, artigos, sentenças, informações sobre serviços, benefícios, convênios e as produções da entidade.

A magistratura mineira conta com espaço próprio na internet!

Magistratura celebra união em defesa da classe

Evento foi embalado pelo show da banda mineira Jota Quest

Com a participação de mais de 700 pessoas, entre juizes, desembargadores, familiares e autoridades, a Magistratura mineira deu mais uma demonstração de união da classe durante o tradicional encontro de conagração, promovido pela Amagis e pelo TJMG, no dia 2 de dezembro. Durante o evento, celebraram conquistas como o selo ouro para o Judiciário mineiro (gestão e transparência), a liderança no ranking nacional da conciliação e o cumprimento da Meta 1 do CNJ. Durante todo o ano, a Amagis também se empenhou, em Minas e em Brasília, para evitar perdas e retrocessos.

Ao saudar os presentes, o presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, falou sobre o intenso trabalho realizado com os parlamentares em Brasília, para impedir perdas e retrocessos em projetos em tramitação no Congresso Nacional, como a reforma da Previdência. "A reforma da Previdência tem de ser feita com maior discussão com toda a sociedade, de forma a não impor grandes perdas e sacrifícios. É por isso que estamos dialogando com a Câmara dos Deputados para que evitemos isso", afirmou.

Maurício Soares destacou ainda a preocupação com o Projeto de Lei do Extrato, cuja previsão é de que o relatório seja votado na comissão especial ainda neste ano. "Estamos acompanhando para evitar que este projeto avance e imponha à Magistratura uma grande perda", reforçou o presidente da Amagis, que ressaltou a importância da luta diária em defesa do sistema de Justiça para unir as Associações de classe. "Estamos juntos com a AMB e outras Associações de todo o País, como também de outras associações do sistema de justiça, com pontos em comum, como a do Ministério Público, Defensoria e as Procuradorias federais, que estão engajadas nesta luta em Brasília", disse. (Leia mais na página 3).

Presente à celebração, o presidente do TJMG, desembargador

FOTOS: EDUARDO ROCHA



Herbert Carneiro e Maurício Soares

Herbert Carneiro, reconheceu o desafio e importância do diálogo para bem administrar o Judiciário com poucos recursos. "Temos mantido diálogo permanente com o governador, contando sempre com sua parceria, como também na Assembleia Legislativa, com o deputado Adalclever Lopes (presidente), buscando administrar o Tribunal através do diálogo", disse Herbert Carneiro sobre a missão de levar, com qualidade, a Justiça para todo o Estado.

Na avaliação do vice-presidente Financeiro da Amagis, desembargador Alberto Diniz, o ano foi de muita luta e mobilização. "Esperamos que, em 2018, possamos fazer novos concursos, melhorar a dinâmica da estrutura do Judiciário", ponderou. Em outra frente de atuação, a vice-presidente

Administrativa, juíza Cristiana Gualberto Ribeiro, observou a importância do trabalho realizado pela Amagis na execução orçamentária do TJMG. "Estamos acompanhado, da formulação do orçamento até sua execução para que possamos garantir que o dinheiro necessário chegue à primeira instância", disse.

Para a vice-presidente de Saúde da Amagis, juíza Luzia Peixoto, é na superação dos desafios que a classe se fortalece. "São nestes momentos que crescemos, fortalecemos e a Magistratura busca sua união", disse a magistrada, que destacou ainda ações desenvolvidas em favor dos magistrados, além do campo institucional, como o Programa de Check-Up lançado neste ano (Leia mais na página 32).



Banda Jota Quest animou a noite

Segundo o vice-presidente de Assuntos Legislativo da AMB, desembargador Nelson Missias, as Associações de magistrados têm enfrentado, com muita serenidade, os projetos que podem trazer retrocesso e perdas à classe. "Há um momento de turbulência e o foco está voltado para o Poder Judiciário brasileiro de forma equivocada, porque o Judiciário tem prestado uma grande contribuição à sociedade e à própria cidadania", afirmou.

O vice-presidente do TRE-MG, desembargador Pedro Bernardes, falou sobre o empenho do Tribunal Eleitoral para reduzir o impacto do zoneamento eleitoral em Minas Gerais, com a transformação de apenas 47 zonas eleitorais em postos de atendimento. (Leia entrevista do presidente do TRE-MG na página 13).

Já o vocalista da banda Jota Quest, Rogério Flausino, que animou o evento, falou sobre a satisfação de tocar no conagração da Magistratura. "Gostamos muito deste tipo de oportunidade, de tocar para grupos que estão envolvidos com o mesmo propósito e comemoração. Isso gera uma união e energia muito positiva", disse. ■

Congraçamento da Magistratura 2017



Congraçamento da Magistratura 2017



Congraçamento da Magistratura 2017





CLÁUDIA RAMOS / TRE-MG

Edgard Penna Amorim, presidente do TRE-MG

Como o TRE-MG fez para se adequar ao redimensionamento eleitoral?

Inicialmente, o número de zonas eleitorais que se encaixariam nos critérios de extinção estabelecidos pelo Tribunal Superior Eleitoral era superior a 100. Mesmo sabendo que poderia nos trazer algumas dificuldades, fizemos um esforço para reduzir o impacto do redimensionamento eleitoral. Para alcançar essa redução, nós tivemos que fazer o remanejamento de alguns municípios de uma para outras zonas eleitorais. Das mais de 100 possíveis zonas eleitorais que poderiam ter sido extintas em Minas Gerais, apenas 47 estão sendo transformadas em postos de atendimento. Conseguimos assim reduzir bastante o impacto negativo que poderia ser causado pela Resolução n.º 23.520/2017, do TSE.

Quais foram os critérios estabelecidos pelo TSE para extinção das zonas eleitorais?

Os critérios fixados pelo TSE observavam o número mínimo de eleitores e a densidade eleitoral dos municípios agregados. Em linhas gerais, foram estabelecidas faixas de 17 mil, 20 mil e 25 mil eleitores como quantidades mínimas para que uma zona eleitoral fosse mantida. Foi para atingir esses números

mínimos que fizemos o remanejamento de alguns municípios nas zonas eleitorais.

A audiência pública foi a melhor alternativa para o debate sobre o redimensionamento eleitoral?

O prazo para cumprir a medida do TSE que estabeleceu o redimensionamento eleitoral era muito curto. Por isso, entendemos que a melhor forma de garantir a participação de todos os interessados na questão – eleitores, juizes, promotores, servidores públicos e representantes das comunidades locais – era realizar uma audiência pública. A avaliação é de que a iniciativa foi muito interessante, pois todos aqueles que participaram – com o envio de sugestões por e-mail inclusive – trouxeram ponderações relevantes que, na sua maioria, puderam ser acolhidas.

Quais os impactos da medida para Justiça Eleitoral?

A Justiça Eleitoral opera basicamente em duas áreas: administrativa e jurisdicional. A primeira tem a competência de organização das eleições, do cadastramento e da revisão do eleitorado, e medidas que dizem respeito ao funcionamento do dia a dia dos cartórios eleitorais. As atividades da segunda área são mais concentradas

no período eleitoral. Como em 2018 as eleições são gerais, a função jurisdicional no interior do Estado é menor, pois, em sua maioria, as atividades estão concentradas no TRE-MG, em Belo Horizonte. Portanto, o impacto imediato do redimensionamento em 2018 não será tão sentido. Além disso, os cartórios eleitorais das comarcas nas quais as zonas eleitorais foram extintas serão transformados em postos de atendimento ao eleitor, utilizando a estrutura atual e o corpo de servidores.

Qual a avaliação do senhor sobre a medida que levou ao redimensionamento eleitoral?

Respeito a resolução, apesar de ela ter sido adotada pela corte do TSE sem uma consulta prévia aos Tribunais Regionais Eleitorais, estabelecendo assim critérios que não levaram em consideração a realidade de cada Estado. A revisão dessa medida, a partir de agora, depende de uma decisão do TSE. Da mesma maneira que nós tivemos que fazer o redimensionamento por determinação do TSE, uma revisão da resolução só será feita em virtude de alguma autorização superveniente. ■

Com a publicação da resolução do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em junho deste ano, que determinou a extinção e remanejamento de zonas eleitorais em todo o País, a previsão era de que 100 unidades fossem fechadas em Minas Gerais. Entretanto, após várias reuniões, debates e realização de uma audiência pública sobre o tema, esse número caiu para 47 zonas eleitorais. Segundo o presidente do TRE-MG, desembargador Edgard Penna Amorim, a redução desse impacto foi possível porque o Tribunal fez o remanejamento de alguns municípios nas zonas eleitorais, a partir dos próprios critérios do TSE.

“O prazo para cumprir a medida do TSE que estabeleceu o redimensionamento eleitoral era muito curto. Por isso, entendemos que a melhor forma de garantir a participação de todos os interessados na questão – eleitores, juizes, promotores, servidores públicos e representantes das comunidades locais – era realizar uma audiência pública”



Possa uma
Estrela Brilhar
e cada caminho
Iluminar



lucasleiloeiro.com.br



jonasleiloeiro.com.br



fernandoleiloeiro.com.br

(37) 3242-2218 | (37) 99862-5659 | leiloesmg@leiloesmg.com.br

Leilões eletrônicos (online)



Feliz Natal e um
Próspero ano Novo!

RECUPERAÇÃO JUDICIAL

FALÊNCIA

EXECUÇÃO



GRUPO CRÉDITO

Contato - Fernando C. Moreira Diretor - (37) 99947-7742 fernando@grupocredito.com.br

Prática inovadora gera economia a custo zero

Iniciativa de juiz da Comarca de Pedra Azul foi premiada pelo TJMG

A fim de aperfeiçoar as práticas do Judiciário mineiro, o TJMG tem dado ênfase à gestão estratégica das unidades jurisdicionais, seja na formação inicial dos magistrados, adoção de novos procedimentos ou na criação de incentivos, como o concurso "Gente que faz – Ideias Sustentáveis", que, neste ano, premiou iniciativas capazes de reduzir o consumo de recursos em prol do meio ambiente.

Entre as práticas premiadas, está a criada pelo juiz Rêidric Condé Neiva e Silva, da 2ª Vara Cível, Criminal e da Infância e da Juventude da Comarca de Pedra Azul (Vale do Jequitinhonha), voltada para a redução dos insumos de impressão e desenvolvida com o apoio dos servidores que trabalham com o magistrado.

Para ser colocada em ação, a iniciativa, que gera redução do uso de tinta e papel na emissão e impressão de documentos, é organizada em duas etapas. A primeira consiste no cadastro de entidades públicas e privadas para que se comuniquem com a unidade jurisdicional por e-mail. E a segunda, na adoção de uma fonte de texto (diferentes caracteres usados pelo computador para exibir as letras) ecológica que

possibilita uma redução de até 20% no uso de tinta na impressão.

Rêidric Condé apontou a celeridade nas comunicações como uma das vantagens obtida com a iniciativa. Ele ainda não teve como calcular a economia gerada com a prática, mas cita, com exemplo, a Advocacia Geral da União, onde a redução de custos com o uso da fonte é estimada em meio milhão de reais anuais.

Segundo o juiz, atualmente, são 37 instituições cadastradas para receber as comunicações por meio eletrônico. Ele observou que, inicialmente, havia a preocupação com o retorno dos e-mails enviados, mas, de acordo com ele, as respostas obtidas têm se mostrado mais eficazes do que no envio de correspondência via correios.

O magistrado disse ainda que a iniciativa faz parte do plano de gestão estratégica da 2ª Vara da Comarca de Pedra Azul, que inclui o uso de práticas sustentáveis que possam ser desenvolvidas com custo zero para o TJMG. A fonte utilizada na impressão dos documentos é de um software livre e, por isso, não foi gerada nenhuma despesa adicional para o Tribunal na implantação da prática. ■

Herbert Carneiro entrega prêmio ao juiz Rêidric Condé

PATRICIA MELLO / TJMG



HGC SAÚDE
WIDEX®
APARELHOS AUDITIVOS
FEITO PARA VOCÊ

**A PARTIR DE AGORA
A HGC SAÚDE POSSUI
CONVÊNIO COM A AMAGIS.**

- 10% de desconto a vista
- Garantia de acordo com o modelo adquirido.
- teste domiciliar sem compromisso

Entre em contato:
31 3261-8003 (Matriz)
Av. Getúlio Vargas, 668,
Loja 1 e 2 - Funcionários.

31 3653-8003 (Filial)
Rua Padre Rolim,
769/501 - Santa Efigênia

AMÉRICA LATINA RECONHECE APAC

Método recebe Prêmio internacional de empreendedorismo social

DIVULGAÇÃO / FBAC



Apac de São João del Rei foi a mais recente inaugurada em Minas Gerais

GEORGIA BAÇVAROFF E TIAGO PARRELA

Os números não mentem. Além das estatísticas demonstrarem que o método da Apac resulta entre 20% e 28% de reincidência, contra 85% no sistema prisional comum, e que o custo de manutenção é bem menor, a Apac e o seu método ganharam reconhecimento também fora da execução penal. **O Prêmio Empreendedor Social, realizado, neste ano, em toda a América Latina pela Folha de S. Paulo em parceria com a Fundação Schwab, teve como vencedor Valdeci Ferreira, disseminador do método e presidente executivo da Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados (FBAC), entidade que congrega todas as Associações de Proteção aos Condenados no Brasil.**

Há 34 anos trabalhando em prol da recuperação e ressocialização dos condenados, difundindo o método da Apac em todo o País e também fora dele, Valdeci Ferreira recebeu com orgulho o prêmio e o dividiu com todas as pessoas que trabalham e contribuem com a metodologia. “Esse prêmio é muito importante para nós, porque quanto mais a ideia da Apac for difundida, mais ela terá visibilidade e mais ela poderá crescer. Recebo o prêmio como um reconhecimento do trabalho que vem sendo feito há anos por muitas mãos, de gente, inclusive, que nem aparece e que muito nos ajuda”, disse.



“A comunidade local recebeu de forma bastante positiva a Apac, pois o método diferenciado pela entidade mostra seu valor nos resultados que produz”
juiz Silas Oliveira

Quando chegou em Itaúna (Oeste), há mais de 30 anos, vindo da cidade de Itapeçerica, Valdeci trabalhava como técnico em metalurgia. Foi conhecer o presídio de Itaúna, a convite de um grupo da pastoral da Igreja da cidade, e saiu de lá com uma missão: a de trabalhar para, de alguma forma, ajudar aquelas pessoas que estavam ali dentro.

Na busca de algo que poderia ser feito, Valdeci conheceu o método Apac, criado em 1972, pelo advogado Mário Otoboni, na cidade de São José dos Campos (SP). O empenho de Valdeci, com a ajuda do juiz Paulo Antônio de Carvalho, da Comarca de Itaúna, e de desembargadores do TJMG, fez com que fosse possível o início da Apac em Minas Gerais.

“O apoio do Tribunal de Justiça de Minas Gerais e da Amagis, que sempre estiveram ao nosso lado, foi, e continua sendo, fundamental para a manutenção e expansão das Apacs no Estado. Sem o apoio dos magistrados, não seria possível essa realidade”, afirmou Valdeci.

Hoje, Minas conta com 38 unidades implantadas e outras 40 em implantação

nas diversas regiões do Estado. No País, segundo dados divulgados pela FBAC, são 47 Apacs já em funcionamento e 69 unidades em implantação. A metodologia também está em implantação em outros países nos diversos continentes, como Europa, África, Ásia e Oceania. Mais de 30 mil condenados pela Justiça brasileira já passaram pelas Apacs, de acordo com informações da FBAC e, atualmente, cerca de 3.500 presos estão nas unidades em todo o País.

PIONEIRISMO

Juiz da Vara de Execuções Penais da Comarca de Itaúna, Paulo Antônio de Carvalho conhece bem de perto a trajetória da primeira Apac instalada em Minas Gerais, em 1997.

O magistrado, que está na Comarca há mais de 33 anos e é pioneiro no incentivo ao método apaqueano, admitiu que na época da instalação da Apac de Itaúna houve uma certa resistência por parte da comunidade, mas que hoje ela a enxerga com bons olhos, por percebê-la como instrumento importante de pacificação social e de redução da criminalidade.

Onze anos após a inauguração da primeira Apac do Estado, com uma metodologia elogiada e apoiada, o juiz Silas Dias de Oliveira, da Vara Criminal, da Infância e da Juventude e de Precatórios da Comarca de Ituiutaba (Pontal do Triângulo), contou que a implantação da Apac na cidade se deu em 2008, com o empenho de toda a comunidade, em especial o juiz Marcos José Vedovotto, da Vara Criminal na época, do TJMG, da FBAC e da força policial local.

Hoje, também em Ituiutaba, a metodologia tem o respaldo da comunidade, que apoia a entidade, de acordo com o juiz Silas Oliveira. “A comunidade local recebeu de forma bastante positiva a Apac, pois o método diferenciado pela entidade mostra seu valor nos resultados que produz, os quais podem ser observados no patamar mínimo dos índices de reincidência. O egresso da Apac retorna à sociedade muito mais bem preparado para o convívio comunitário”, observou o juiz de Ituiutaba.

O juiz Paulo Antônio de Carvalho também reconheceu que o cumprimento da pena no sistema Apac é mais efetivo, em termos de ressocialização, pois a entidade dispõe de melhores instalações e de instrumentos no que se refere à saúde, educação e profissionalização. “No sistema comum, ao contrário, essas condições são mais precárias, face, principalmente, à superpopulação carcerária”, disse Carvalho.

O magistrado acredita que a recuperação é mais efetiva, pois todo o trabalho se baseia na valorização do detento. “Os presos são levados a refletir sobre seu passado de erros e a construir uma nova vida de honestidade, com o apoio da família, que o leva a não causar novos danos à sociedade e a ser feliz no meio livre”, destacou o juiz.

O juiz Silas de Oliveira anotou que a premiação recebida pela FBAC é um justo reconhecimento do trabalho desenvolvido, atribuído ao elevado grau de excelência, humanidade e efetividade, e ao esforço empregado.

O magistrado ainda apontou que a crise do sistema penitenciário tradicional e os resultados positivos da metodologia apaqueana são motivos para a ex-

pansão do modelo em Minas Gerais e no País. “O estado de falência do sistema penitenciário tradicional, no qual, em regra, a pena existe, quando muito, somente enquanto função retributiva e, ainda assim, em condições notoriamente aquém das aceitáveis, caracterizando um ‘estado de coisas inconstitucional’, consoante reconhecido pelo STF, no julgamento da ADPF 347, são um campo fértil para a expansão das Apacs”, observou o juiz.

APAC NA CAPITAL

Nenhuma capital brasileira ainda possui um estabelecimento das Apacs, apesar da experiência com o método ser reconhecida e valorizada, mas isso mudará em breve. Belo Horizonte poderá ganhar uma unidade feminina da Apac.

O juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, da Vara de Execuções Penais de Belo Horizonte, atribuiu a expansão do método Apac ao comprometimento de cada magistrado em sua comarca demonstrando seu interesse na recuperação do condenado. Isso é capaz de incentivar e motivar as inúmeras comunidades a abraçarem a causa.

O empenho dos magistrados, em especial a persistência do desembargador Joaquim Alves, elevou as Apacs à categoria de política pública do Estado de Minas Gerais, através de legislações próprias que entraram em vigência nos anos de 2004 e 2006.

“O TJMG, em 2001, escolheu como política pública incentivar a adoção do método Apac em nosso Estado, tudo em razão da experiência que estava sendo desenvolvida em Itaúna, com a credibilidade do juiz Paulo Antônio de Carvalho. O desembargador Joaquim Alves de Andrade foi designado para a tarefa de sementeiro da boa prática, e ele conquistou muitas comarcas e juízes a acreditarem no projeto que recebeu o nome de Novos Rumos na Execução Penal”, reconheceu Luiz Carlos.

PERSISTÊNCIA

Uma das premissas da Apac e frase do criador do método, Mário Ottoboni, demonstra bem o sentimento da Apac: “Ninguém é irrecuperável”. Antes de criar a Apac, em 1972, Ottoboni contou que sentiu a necessidade de fazer algo para ajudar os condenados, já que, segundo

ele, o governo e outros setores se voltavam para diversas classes necessitadas, mas ninguém olhava pelos presos. Ottoboni e outros 14 cristãos fundaram um grupo com o intuito de ajudar os presos a se recuperarem: era a Apac – Amando o Próximo, Amarás a Cristo. Eles receberam muitas críticas mas não desistiram. Convidaram profissionais da área jurídica para participarem do grupo. Foi aí que a sigla ganhou também outro significado: Associação de Proteção e Assistência aos Condenados.

Hoje, com 87 anos de vida, Mário Ottoboni tem convicção de que a Apac é o caminho para a solução do sistema prisional comum. “A valorização humana e o tratamento igualitário estão presentes nas Apacs. Lá, todos sabem que ninguém é melhor do que ninguém”, contou ele. E é com a mesma convicção que ele reafirmou que ninguém é irreversível.

“Eu tenho certeza absoluta que todo ser humano pode mudar para melhor o tempo todo. Ninguém nasce bandido, somos todos filhos de um mesmo Pai. O que acontece são desvios dos ensinamentos divinos, que se transformam em delitos, como alguns políticos que trocaram a dignidade pelo dinheiro. Ser bandido não é privilégio de ninguém, estamos todos vulneráveis, e Deus não faz exceções entre os seus filhos”, garantiu Ottoboni. ■



“O apoio do Tribunal de Justiça de Minas Gerais e da Amagis, que sempre estiveram ao nosso lado, foi, e continua sendo, fundamental para a manutenção e expansão das Apacs”
Valdeci Ferreira



“Os presos são levados a refletir sobre seu passado de erros e a construir uma nova vida de honestidade, com o apoio da família”
Juiz Paulo Antônio de Carvalho

Magistratura debate a reforma do Código Penal

Desembargador Alexandre Victor falou sobre o tema no Senado

A reforma do Código do Penal brasileiro está em debate no Congresso Nacional e tem chamado a atenção das Associações de magistrados de todo o País, como a Amagis e AMB. No dia 6 de novembro, representando a Associação nacional, o desembargador Alexandre Victor de Carvalho, que é presidente do Conselho de Criminologia e Política Criminal de Minas Gerais, participou da 48ª sessão da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado, na qual o tema foi debatido.

De acordo com o magistrado, a parte geral do atual Código Penal, que é de 1984, é relativamen-

AMB



Alexandre Victor, ao lado do senador Antonio Anastasia, debate no Senado

te nova, baseada em teoria do crime recente e, portanto, dá respostas positivas e interessantes aos problemas penais. Entretanto, Carvalho apontou que, como a parte especial é de 1940, ela está defasada e precisa de atualização para a tipificação de novas infrações que lesionam bens jurídicos transindividuais, como por exemplo, além de crimes ambientais, contra a ordem econômica e financeira, delitos tributários e os praticados pela internet.

Mesmo tomando parte do debate e reconhecendo a importância da legislação, o desembargador entendeu que as mudanças na lei por si só não implicam aprimoramento da justiça, pois, para ele, as atualizações nas normas não mudam a forma de os juízes decidirem. "O aperfeiçoamento da justiça depende, fundamentalmente, de como os juízes aplicam a legislação, cumprem a Constituição e observam os direitos fundamen-

tais dos cidadãos", afirmou.

Para Carvalho, a participação da Magistratura no debate pode contribuir para que a Constituição Federal seja cumprida, a legislação atenda aos comandos constitucionais e que o Estado Democrático de Direito seja observado. "A Magistratura pode fornecer uma contribuição muito grande, na medida em que o Poder Judiciário é o último bastião do cidadão, ou seja, é o poder que tutela direitos e garantias individuais e fundamentais dos cidadãos", disse o desembargador ao avaliar a importância da participação das Associações de magistrados no debate. ■

O trabalho conjunto fortalece nossa atuação em busca de novas conquistas para a Magistratura.

**DESEJAMOS UM NATAL DE PAZ
E UM 2018 DE PLENAS REALIZAÇÕES**

Desembargador Maurício Soares

Presidente da Amagis



Mês nacional do Júri promove a cidadania

Comarcas mineiras se mobilizam para acelerar julgamentos

Durante todo o mês de novembro, Tribunais do País fizeram esforço concentrado para realizar o maior número possível de julgamentos de acusados de crimes dolosos contra a vida. A mobilização nacional atende à portaria nº 69, de 11/09/2017, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que instituiu novembro como o Mês Nacional do Júri.

Para dar cumprimento à norma, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) constituiu um Grupo de Trabalho para gerenciar a realização do maior número possível de júris em novembro. O presidente do grupo, desembargador Júlio Cezar Guttierrez Vieira Baptista, explicou que as atividades contemplaram o levantamento das pautas e a atuação nas comarcas, com eventual designação de magistrados e servidores co-operadores.

Dados preliminares indicam que, até o dia 27 de novembro, foram realizadas mais de 300 sessões de julgamento em 180 comarcas de Minas Gerais, o que representa índice de cerca de 60% de adesão. “Esses números são muito positivos frente à constatação de que,

Julgamento realizado em Belo Horizonte durante o Mês Nacional do Júri

ROBERT LEAL / TJMG



em razão do déficit de juízes, há grande número de comarcas atendidas por magistrados em cumulação”, afirmou o desembargador.

Júlio Cezar Guttierrez ressaltou que, desde o início da gestão do desembargador Herbert Carneiro na presidência do TJMG, já foram estabelecidas diversas medidas para reduzir os processos pendentes de realização de sessões do Tribunal do Júri. “Essas ações ensejaram um aumento regular da pauta de Belo Horizonte em 50% e a realização de todas as sessões pendentes em Juiz de Fora,

além de mais de 200 sessões de julgamento extraordinárias”, apontou o magistrado.

O Tribunal do Júri foi instituído no Brasil em 1822 e previsto no Código de Processo Penal. Cabe a um colegiado formado por sete populares declarar se o crime em questão aconteceu e se o réu é culpado ou inocente. Dessa forma, o magistrado decide conforme a vontade popular, lê a sentença e fixa a pena, em caso de condenação.

O juiz Geraldo Andersen de Quadros Fernandes, que preside sessões do Tribunal do Júri na Comarca de Montes

Claros há três anos, afirmou que 70% dos casos julgados por ele referem-se a crimes de homicídio ligados ao tráfico de drogas. Segundo o magistrado, o Tribunal do Júri, criado para o cidadão julgar seu semelhante, continua necessário, pois propicia maior facilidade de julgamento dos casos.

No entanto, o juiz aponta algumas mudanças que seriam oportunas no formato e na condução do júri, de modo a torná-lo mais eficiente. “O principal problema é o formato dos quesitos da votação, que precisavam ser mais objetivos, para que os jurados não fossem submetidos a tantas questões”, diz Geraldo Andersen.

Há 14 anos na presidência do 2º Tribunal do Júri de Belo Horizonte, o juiz Glaucio Eduardo Soares Fernandes avaliou que esse instituto é uma forma democrática de fazer justiça, uma vez que o povo tem o direito e o dever de optar por quem pode conviver em sociedade ou deve ser segregado. “No Tribunal do Júri, lidamos com um colegiado. Sete cabeças têm de pensar melhor do que uma e estarão menos sujeitas a interferências do que o juiz monocrático”, admitiu o magistrado. ■



8ª Semana Justiça pela Paz em Casa

Os magistrados mineiros participaram dessa força-tarefa, na qual, em apenas cinco dias:

- ✓ Foram proferidas **19.706 decisões** judiciais em casos envolvendo violência doméstica;
- ✓ Realizados **150 tribunais de Júri**;
- ✓ Concedidas **6.214 medidas protetivas** a mulheres.

* A 8ª edição da Semana Justiça pela Paz em Casa aconteceu entre 31 e 25 de agosto de 2017, coordenada pelo CNJ. Os dados acima são nacionais.

 [facebook.com/Amagis](https://www.facebook.com/Amagis)
 twitter.com/AmagisMG
 [youtube.com/AmagisMG](https://www.youtube.com/AmagisMG)



Amagis é recebida por governador em exercício

Presidente do TJ assumiu função em viagem de Pimentel

Ao cumprir a função de governador em exercício de Minas Gerais, no dia 13 de novembro, o presidente do TJMG, desembargador Herbert Carneiro, cumpriu extensa agenda de compromissos e reuniões, incluindo encontro com a diretoria da Amagis.

Participaram da visita institucional ao governador em exercício, o presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, a vice-presidente Administrativa da Associação, juíza Cristiana Martins Gualberto Ribeiro; a vice-presidente de Saúde, juíza Luzia Peixôto; o vice-

AMAGIS



Rosimere Couto, Luzia Peixôto, Maurício Soares, Herbert Carneiro, Cristiana Gualberto, Antônio Parreira e Christyano Generoso

-presidente de Interior, juiz Antônio Carlos Parreira; o diretor de Comunicação, juiz Christyano Lucas Generoso; e a diretora-subsecretária, juíza Rosimere das Graças do Couto.

Após o encontro, o presidente Maurício Soares divulgou nota na qual manifesta que o cumprimento da função de governador em exercício pelo presidente do TJMG

é a reafirmação das virtudes do desembargador Herbert Carneiro e de sua gestão no Tribunal, da qual a Amagis tem sido parceira na valorização da Magistratura, em favor da cidadania e da pacificação social.

Herbert Carneiro é o terceiro na linha sucessória, após o vice-governador Antônio Andrade e o presidente da ALMG, Adalcleber Lopes. ■

Magistrados são homenageados pelo TJ

Medalha Ruy Gouthier foi entregue durante solenidade no Fórum Lafayette

Doze magistrados mineiros foram homenageados pela Corregedoria-Geral de Justiça de Minas Gerais, no dia 17 de novembro, com a Medalha Ruy Gouthier, em solenidade realizada no Fórum Lafayette, em Belo Horizonte.

O presidente da Amagis, desembargador Mau-

rício Soares, e a vice-presidente Administrativa, juíza Cristiana Gualberto, que representou a Associação na solenidade, estavam entres os agraciados.

Foram homenageados ainda o desembargador Carlos Augusto de Barros Levenhagen, os juízes Adilon Cláver de Resen-

de, Rui de Almeida Magalhães, Wagner Sana Duarte Morais, Maria da Glória Reis, Consuelo Silveira Neto, Luiz Fernando Rennó Matos, Lourenço Migliorini Fonseca Ribeiro, e as juízas Maria Isabela Freire Cardoso. A juíza Andrea de Souza Foureux Benfica recebeu uma homenagem póstuma. ■

RÁPIDAS

★ No dia 1º de dezembro, sete magistrados foram homenageados com a Medalha do Mérito da Defensoria Pública de Minas Gerais. Veja abaixo a relação dos agraciados:

○ **Assusete Dumont Reis Magalhães** – ministra do STJ

○ **Edgard Penna Amorim** – presidente do TRE-MG

○ **Francisco Kupidlowski** – secretário de Estado de Administração Prisional de Minas Gerais

○ **Alexandre Victor de Carvalho** – desembargador

○ **Otávio de Abreu Portes** – desembargador

○ **Marcelo Fioravante** – juiz diretor do Foro de BH

○ **Cristiana Martins Gualberto Ribeiro** – juíza e vice-presidente Administrativa da Amagis

○ **Luiz Carlos Rezende e Santos** – juiz



★ O juiz Roberto Poiani, da Vara da Infância e Juventude da Comarca de Uberlândia, recebeu, no dia 25 de outubro, o título de cidadão honorário do município, em reconhecimento ao trabalho realizado em prol das crianças e adolescentes. Na ocasião, os servidores efetivos e voluntários do Comissariado de Menores também foram homenageados.

Amagis vai a Montes Claros

Maurício Soares falou sobre atuação da Associação em Brasília

RAUL MACHADO

Na abertura do 23º Encontro da Corregedoria, realizada em Montes Claros (Norte de Minas), no dia 23 de novembro, o presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, fez um balanço sobre a atuação da Associação em Brasília, na defesa dos interesses da classe.

Segundo ele, em função dos ris-



Corrêa Junior, Carlos Henrique e Maurício Soares

cos de retrocessos e perdas para a Magistratura, a Amagis, em uma ação articulada com Associações de

todo o País, intensificou diálogo com os parlamentares sobre projetos em tramitação no Congresso

Nacional, de interesse da classe (*Leia mais na página 3*).

Também participaram do encontro o vice-presidente Financeiro da Associação, desembargador Alberto Diniz, o corregedor-Geral de Justiça, desembargador André Leite Praça, e os desembargadores Carlos Henrique Perpétuo Braga, representando o presidente do TJMG desembargador Herbert Carneiro, Luiz Carlos de Azevedo Corrêa Júnior, representando o 2º vice-presidente do TJMG e superintendente da Ejef, desembargador Wagner Wilson. ■

CNJ dá selo ouro a tribunais mineiros

TJMG, TRE-MG, TJMMG e TRT da 3ª Região receberam o reconhecimento

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) concedeu, no dia 20 de novembro, durante o XI Encontro Nacional do Poder Judiciário, realizado em Brasília, o selo ouro ao TJMG, TRE-MG,

TJMMG e TRT da 3ª Região (MG), em reconhecimento ao investimento dos tribunais na gestão da informação e no cumprimento de normas de transparência.

Os requisitos obser-

entrega do selo aos tribunais são o encaminhamento das informações constantes no Sistema de Estatísticas do Poder Judiciário, nível de informação do tribunal, uso de relatórios estatísticos para o planejamento estraté-

gico e o cumprimento de resoluções do CNJ referentes à gestão da informação.

Neste ano, foi exigida ainda dos tribunais a instalação de núcleos socioambientais e a implantação do Comitê Gestor Regional, que instituiu a Política de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição. ■

Justiça Militar completa 80 anos

Magistrados foram homenageados durante comemoração

AMAGIS



Magistrados agraciados pelo TJMMG

Durante a celebração dos 80 anos de criação da Justiça Militar, no dia 9 de outubro, Tribunal de Justiça Militar de Minas Gerais (TJMMG), homenageou, com o Colar e a Medalha do Mérito Judiciário Militar, magistrados que

prestaram relevantes serviços a esse ramo especializado da justiça ou à sociedade.

Entre os agraciados estavam o presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, o corregedor nacional de Justiça do CNJ e ministro

do STJ, João Otávio de Noronha, o presidente do TJMG, desembargador Herbert Carneiro, o 1º vice-presidente do TJMG, desembargador Geraldo Augusto, o presidente do TRE-MG, desembargador Edgard Penna Amorim, o presidente da AMB, juiz Jayme Oliveira, o 2º vice-presidente do TJMG, desembargador Wagner Wilson, e os desembargadores Wilson Benevides, Carlos Perpétuo Braga e Cláudia Regina Guedes Maia.

Na ocasião, o presidente do TJMMG, juiz Fernando Galvão, destacou a importância da sanção da Lei 13.491, de 13 de outubro de 2017, que alterou o inciso II do artigo 9º do Código Penal Militar, ampliando a definição de crime militar (*Leia mais na página 20*). ■

JUSTIÇA MILITAR FAZ 80 ANOS CONSOLIDADA

Trajetória é marcada pela busca de independência, autonomia e identidade

JUIZ FERNANDO GALVÃO *

A Justiça Militar de Minas Gerais comemorou, no dia 13 de novembro, 80 anos de sua criação. Seus trabalhos foram iniciados com a posse de Policarpo de Magalhães Viotti, Lourival Vilela Viana e José Antônio de Vasconcelos Costa, nomeados pelo governador do Estado para os cargos de juiz auditor, promotor de Justiça e advogado da Justiça Militar. O comandante geral da força pública, cel. Alvim de Menezes, deu posse aos primeiros integrantes da Justiça especializada e cedeu espaço físico para o desenvolvimento de seus trabalhos.

Na trajetória que desenvolveu em busca da autonomia, independência e identidade institucional, merece destaque a instalação do Tribunal Superior de Justiça Militar, hoje denominado Tribunal de Justiça Militar, no ano de 1946, e a realização do primeiro concurso para servidores, no ano de 1989. Hoje, a Justiça Militar de Minas Gerais possui autonomia administrativa e financeira assegurada constitucionalmente, bem como um quadro próprio de servidores civis.

Em 2005, em razão da Emenda Constitucional 45, a justiça especializada foi desafiada com a competência para processar e julgar as ações judiciais propostas contra os atos disciplinares militares. No exercício da competência cível

submetidos à Justiça Militar estadual.

Com a nova redação, passaram a ser considerados crimes militares em tempo de paz, além dos crimes previstos no Código Penal Militar, todos os crimes previstos na

conduta. Também foi possível corrigir problemas decorrentes da desatualização do Código Penal Militar, bem como da ausência de dispositivo legal que regulamente a unificação de penas que são impostas em justiças diversas.

Cabe ainda ressaltar que, nos últimos anos, a Justiça Militar apresentou significativos avanços no que diz respeito aos seus recursos materiais. Hoje, todos os processos da competência cível, e os processos de competência originária do Tribunal de Justiça Militar são eletrônicos e tramitam na plataforma do Pje. Em muito breve, será implantada a tramitação eletrônica de inquéritos e processos criminais.

A Justiça Militar de Minas Gerais se encontra absolutamente preparada para atender às novas expectativas para a sua atuação. Os juízes, civis e militares, do Tribunal, bem como os juízes civis de primeiro grau, que decidirão monocraticamente os crimes praticados contra vítimas civis, encontram-se tecnicamente preparados e são muito experientes para julgar os novos crimes militares. A sociedade mineira continuará a receber os bons serviços jurisdicionais que merece. ■

(*) Presidente do TJMMG

"COM A INTEGRAÇÃO DA LEGISLAÇÃO PENAL EXTRAVAGANTE AO CONTEXTO MILITAR, FOI POSSÍVEL CORRIGIR PROBLEMAS PRÁTICOS GRAVES, COMO OS DECORRENTES DO DESMEMBRAMENTO DO JULGAMENTO DE UMA ÚNICA CONDUTA POR DUAS JUSTIÇAS DISTINTAS, QUE, EM ALGUNS CASOS, CHEGAVAM AO PONTO DE CONDENAR O MILITAR DUAS VEZES PELA MESMA CONDUTA"

e, mais recentemente, utilizando institutos introduzidos pelo novo Código de Processo Civil, a Justiça Militar correspondeu a todas as expectativas que lhe foram dirigidas e consolidou o seu compromisso com a garantia dos direitos fundamentais dos servidores militares. Em observância às decisões proferidas pela Justi-

legislação penal e que sejam cometidos nas condições estabelecidas nas alíneas do referido inciso, que permaneceram inalteradas. Tais condições identificam o interesse de preservar a qualidade dos serviços prestados pelas instituições militares da União, na perspectiva da defesa nacional, e estaduais, no âmbito do siste-

"OS JUÍZES, CIVIS E MILITARES, DO TRIBUNAL, BEM COMO OS JUÍZES CIVIS DE PRIMEIRO GRAU, QUE DECIDIRÃO MONOCRATICAMENTE OS CRIMES PRATICADOS CONTRA VÍTIMAS CIVIS, ENCONTRAM-SE TECNICAMENTE PREPARADOS E SÃO MUITO EXPERIENTES PARA JULGAR OS NOVOS CRIMES MILITARES"

ça Militar, as instituições militares estaduais aprimoraram os seus processos administrativos disciplinares e juntos avançamos no processo democrático.

A recém-publicada Lei 13.491, de 13 de outubro de 2017, ao alterar a redação do inciso II do art. 9º do Código Penal Militar, ampliou a definição de crime militar e, consequentemente, aumentou os casos criminais a serem

ma de defesa social. No contexto especificado, os crimes são materialmente militares.

Com a integração da legislação penal extravagante ao contexto militar, foi possível corrigir problemas práticos graves, como os decorrentes do desmembramento do julgamento de uma única conduta por duas justiças distintas, que, em alguns casos, chegavam ao ponto de condenar o militar duas vezes pela mesma

Natal de BH volta a ter o Pípiripau

Presépio tem 586 figuras móveis distribuídas por 45 cenas que contam a vida de Cristo

ANDRÉ FREGNANI

Cinco anos depois de estar fechado para reformas e ser reaberto ao público em abril de 2017, o Presépio do Pípiripau volta a ser uma das principais atrações do Natal em Belo Horizonte.

Com mais de três mil peças, 586 figuras móveis, distribuídas por 45 cenas que contam a vida de Cristo, o presépio começou a ser construído em 1906, pelo artesão Raimundo Machado em sua casa, na antiga Colônia Américo Werneck, hoje bairro Horto, e levou 82 anos para ser concluído.

De uma família com poucos recursos financeiros, Raimundo tinha 12 anos quando iniciou a construção do Presépio do Pípiripau. Sua



Presépio do Pípiripau

inspiração para a obra veio dos presépios das igrejas e dos vizinhos, e aos poucos foi criando as cenas que retratam o cotidiano das cidades, para as quais deu movimentação cênica.

Feito por meio de barbanetes, carretéis de linha, polias e dos mais variados tipos de maquinário, o movimento das peças é prova da engenhosidade de Raimundo, que, com simplicidade, encanta a adultos e crianças com passagens

que vão desde o nascimento de Cristo à ressurreição.

O Presépio do Pípiripau pode ser visitado no Museu de História Natural e Jardim Botânico da UFMG, na Rua Gustavo da Silveira, 1.305, Bairro Santa Inês, em Belo Horizonte, de quarta a sexta-feira, entre 11h e 16h, e sábados e domingos, às 11h, 12h, 15h e 17h. Nos finais de semana, a entrada custa R\$ 10,00 e, nas terças-feiras, não há movimentação cênica das peças do presépio. ■

Escreva para a Magiscultura

Conselho seleciona trabalhos dos associados da Amagis

Magistrados e pensionistas que queiram contribuir com a próxima edição da MagisCultura Mineira já podem enviar seu trabalho para o Conselho Editorial da publicação, responsável por avaliar e selecionar o conteúdo que será veiculado na publicação.

Voltada para a produção artística e cultural da Magistratura mineira, a revista não se limita somen-

te à divulgação de textos. Também está aberta à publicação de produções gráficas como fotografias, desenhos, ilustrações, pinturas e reproduções de esculturas.

Os textos enviados podem ser contos, crônicas, pequenas novelas, poemas, artigos, ensaios e resenhas. De acordo com os critérios editoriais, não serão aceitas teses políticas,

discursos, homenagens pessoais e necrológicos.

Os textos deverão ser enviados devidamente digitados, pelo endereço eletrônico da Revista (magiscultura@amagis.com.br), e conter, no máximo, 10 mil caracteres. Para mais informações, entre em contato com a Assessoria de Comunicação da Amagis pelo telefone (31) 3079-3453. ■

AGENDA CULTURAL

★ EX AFRICA

A exposição apresenta dezoito artistas vindos de oito países africanos que despontaram no cenário internacional. Integram a mostra os artistas afro-brasileiros, Arjan Martins e Dalton Paula.

Data: até 30 de dezembro de 2017

Horário: 9h às 12h

Ingressos:

eventim.com.br (entrada franca)

Local: CCBB-BH, Praça da Liberdade, 450, Funcionários – BH

★ APARECIDA 300 ANOS

A exposição reúne um acervo de 200 obras de artistas plásticos de diversas regiões do País, que evocam a figura de Nossa Senhora Aparecida.

Data: até 7 de janeiro de 2018

Horário: 3ª, 4ª e 6ª das 10 às 19h; 5ª das 12h às 21h, sábado e domingo das 12h às 19h

Ingressos:

Entrada Franca

Local: Centro de Arte Popular, Rua Gonçalves Dias, 1.608, Lourdes – BH

★ RETRATISTAS DO MORRO

A mostra apresenta imagens feitas por João Mendes e Afonso Adriano, que trabalhavam como fotógrafos retratistas desde 1970.

Data: até 31 de dezembro de 2017

Horário: 3ª, 4ª, 6ª e sábado, das 10h às 17h30; 5ª, das 10h às 21h30; domingo, das 10h às 15h30

Ingressos:

Entrada franca (sujeita à lotação)

Local: Praça da Liberdade, 640, Lourdes BH

Fachada da sede é revitalizada

Reforma visa à preservação e valorização do patrimônio dos associados

TIAGO PARRELA

As obras de revitalização da fachada da sede da Amagis foram concluídas em novembro, e a entrega da reforma do auditório da Associação está prevista para os primeiros meses do próximo ano. Essas intervenções visam à manutenção e modernização do prédio e fazem parte das ações de valorização do patrimônio da classe.

Programada inicialmente para eliminar as infiltrações que prejudicavam a fachada, a diretoria da Amagis optou pela revitalização do frontispício do pré-



Fachada recebeu limpeza e nova textura

dio, aplicando nova textura no local, a fim de adequá-lo às mudanças mais recentes que foram feitas na entrada da sede.

Com um grau de complexidade maior, as obras de reforma do auditório incluem a melhoria na acessibilidade, na climatização, na estrutura técnica e no espaço destinado à recepção de magistrados e convidados que participam das palestras, seminários, reuniões e assembleias da Associação.

Com a reforma, a diretoria da Amagis pretende ainda melhorar a acústica do auditório, eliminando os ruídos causados atualmente pelo sistema de ventila-

ção, e equipá-lo com sala técnica para o controle dos sistemas de áudio e vídeo.

O auditório também será adaptado para garantir a mobilidade de pessoas portadoras de deficiência. Os degraus serão eliminados e substituídos por uma rampa de acesso, sendo ainda criado local adequado a cadeirantes junto aos assentos.

A reforma do auditório está sendo acompanhada pela Comissão de Obras da Amagis, e o projeto inclui o aproveitamento de todo o mobiliário do auditório, reduzindo os custos. ■

8 de dezembro

DIA DA JUSTIÇA

Uma homenagem da Amagis aos magistrados e servidores, que, diariamente, trabalham incansavelmente pela justiça e pacificação social.



Águas termais são opção para as férias

Caldas Novas e Caxambu: boas alternativas ao agito das praias

Para a maioria das pessoas, férias de verão é sinônimo de praia. O que torna a estadia nas colônias de Nova Viçosa, Ubatuba e Cabo Frio ainda mais concorrida. As opções para aqueles que pretendem fugir do agito e badalação do litoral, nesse período do ano, são as unidades de Caxambu (Sul de Minas) e Caldas Novas (GO) que proporcionam aos visitantes o descanso das águas termais.

Em Caxambu, existem 12 fontes de águas minerais conhecidas por suas propriedades medicinais – Dom Pedro, Dona Leopoldina, Dona Isabel, Duque de Saxe, Beleza, Vioti, Venancio, Mayrink 1, 2 e 3, Ernestina Guedes e o Gêiser Floriano de Lemos – em atividade no Parque das Águas, uma das estâncias hidrominerais mais antigas do mundo.

A cidade preserva ainda parte da história do Brasil, uma vez que, em 17 de novembro de 1868, a princesa Isabel e seu marido, Conde D'Eu, acompanhados de uma comitiva, hospedaram-se por um mês em Caxambu.

Relatos da época dão conta de que a princesa buscava a cura de uma possível infertilidade. A

MARIANA JARDIM



Parque das Águas em Caxambu

princesa teve três filhos, mas não se pode afirmar que sua hipotética infertilidade teria sido curada pelas águas de Caxambu.

Já em Goiás, os associados podem usufruir das águas termais de Caldas Novas, cuja origem data de aproximadamente 600 milhões de anos, quando um vulcão, hoje extinto, expelia lavas, cinzas e gases. Ao longo dos anos, a cratera do vulcão foi aterrada e a pressão dos gases abriu rachaduras na base da montanha por

onde saía o vapor d'água, dando origem às águas termais na região.

Os associados que pretendem conhecer Caldas Novas poderão gozar da tranquilidade, boa localização e infraestrutura do Hotel Di Roma Resort, onde a Amagis conta com 12 apartamentos, e outros dois no Residencial Império Romano. Entre as atrações da cidade, estão o Lago de Corumbá, Jardim Japonês, Lagoa do Pirapitinga, Igreja Matriz, Balneário Municipal e a cachaaçaria. ■

Mais de 80% dos magistrados mineiros implementam novas ideias e soluções para melhorar a gestão das unidades judiciárias em que atuam.

#OrgulhodeserMagistrado
#MagistraturaMineira

Fonte: Censo do Poder Judiciário/CNU/2013

AMAGIS

Facebook.com/Amagis
Twitter.com/AmagisMG
YouTube.com/AmagisMG

CONVÊNIOS

★ VIAGENS PETRUCELLI

Desconto de 5% sobre pacotes operados pela própria empresa e de 2% para pacotes de outras operadoras.

Telefone:

(31) 3224-9698

Endereço:

Av. Francisco Sales, 329, sala 508, Bairro Floresta – BH

★ HOTEL GLÓRIA

Tarifas especiais para associados da Amagis.

Telefone:

(35) 3341-91200

Endereço:

Av. Camilo Soares, Centro – Caxambu

★ ENDURE BLINDAGENS

Blindagens para veículos automotores com desconto de 10% à vista ou parcelado em até 5 vezes no cartão de crédito.

Telefone:

(31) 3097-3000

Endereço:

Av. Canadá, 73, Jardim Canadá – Nova Lima (Grande BH)

★ HIGIENIZADORA FERNÃO DIAS

Desconto de 10% em serviços hidráulicos, de instalação corretiva e preventiva de portões automáticos, alarmes, cerca elétrica e circuito fechado de TV.

Telefone:

(31) 3564-0546

Endereço:

Rua Doresópolis, 517, sala 201, Bairro Fernão Dias – BH

VIA JUSTIÇA

PENSAMENTO JURÍDICO



AMAGIS



Tribunal do Júri

Pesquisa do CNJ mostra que a condenação de homens é maior do que a de mulheres. Como o gênero influencia nas condenações? Se a vítima é mulher, aumenta a probabilidade de condenação de quem a matou. O Via Justiça discutiu o tema e outros fatores de repercussão com o juiz Glauco Fernandes, presidente do 2º Tribunal do Júri da capital, e a defensora pública Cibele Maffia. (foto)

Reforma da Lei de Execução Penal

O Senado aprovou reforma da Lei de Execução Penal. O projeto agora vai para a votação na Câmara. Um dos objetivos é reduzir o excesso de presos provisórios no sistema carcerário. Para falar sobre o assunto, convidamos a juíza Miriam Vaz Chagas, da Vara de Execuções Criminais de Ribeirão das Neves (Grande BH), e a advogada do Instituto de Ciências Penais, Carla Silene.

Direito ao esquecimento

O direito ao esquecimento é o direito que uma pessoa possui de impedir que um fato, ainda que verídico ocorrido em determinada etapa de sua vida, seja exposto ao público. Como ver o direito ao esquecimento com base no princípio da dignidade da pessoa humana? Nossos convidados são o desembargador Rogério Medeiros, da 13ª Câmara Cível do TJMG, e o advogado Rômulo Brasil.

Preconceito contra o idoso

Em um País que se mostra cada vez mais preconceituoso, o Via Justiça discutiu a situação dos idosos, fazendo uma análise da eficácia do Estatuto do Idoso em contraponto a essa realidade. Nossos convidados são a juíza Maria Isabel Fleck, da 1ª Vara Criminal da Comarca de Belo Horizonte, e o advogado Cláudio Mota, presidente da Comissão de Direito dos Idosos da OAB-MG. ■

Semana da Conciliação

A XII Semana Nacional de Conciliação foi realizada entre os dias 27 de novembro e 1º de dezembro de 2017. O Judiciário mineiro foi o campeão, no ano passado, no ranking nacional da conciliação, com 15,3. Para falar sobre o assunto, convidamos o juiz Maurício Pinto Ferreira, auxiliar da 3ª Vice-Presidência do TJMG e coordenador estadual da Semana Nacional da Conciliação. (foto)

Rezzoneamento no TER-MG

O plenário do TSE aprovou resolução que extinguiu zonas eleitorais em todo o País, afetando o funcionamento da Justiça Eleitoral. Em Minas, foram excluídas 47. Além dos efeitos do rezzoneamento, discutimos com o presidente do TRE/MG, desembargador Edgard Penna Amorim, sobre os desafios da gestão atual para as próximas eleições gerais de 2018 e as mudanças na legislação.

Reforma Trabalhista

Em vigor desde 11 de novembro, após sanção presidencial, a Reforma Trabalhista alterou mais de 100 pontos de legislação trabalhista, como divisão de férias e extensão da jornada de trabalho, além de implantar novas modalidades, como o trabalho remoto. Para falar sobre o assunto, conversamos com o juiz Cleber Lúcio de Almeida, da 21ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte.

Previdência Complementar

A proposta de reforma da previdência provocou aumento na procura por planos de aposentadoria complementar privada em busca de ganho maior. O que é importante saber na hora de escolher um plano complementar? Quais são as vantagens e desvantagens? Qual o momento de contratar? Para falar sobre o assunto, convidamos a diretora-presidente da Prevcom-MG, Maria Ester Vêras Nascimento. ■

TV JUSTIÇA

Quarta-feira, às 9h30 (Canais 7, 167, 21 ou 5)

TV ASSEMBLEIA Sexta-Feira, às 23h (Canais 11, 61.2 ou 35)

TV COMUNITÁRIA Sexta-Feira, às 23h30 (Canais 6 ou 13)

TV

Sexta-feira, às 9h30 (Canais 7, 167, 21 ou 5)

TV COMUNITÁRIA

Sábado, às 22h (Canais 6 ou 13)

Receba notícias da Amagis via WhatsApp e Telegram

Associação enviará informações sobre os assuntos mais relevantes

A fim de tornar a comunicação com os associados cada vez mais dinâmica, a Amagis criou conta nos aplicativos WhatsApp e Telegram para o envio de comunicados, notícias, vídeos e banners, com as informações mais relevantes sobre as ações da Associação e de interesse da Magistratura mineira.

Para receber as mensagens, os associados devem adicionar o número de telefone (31) 99881-4367 na agenda do seu celular. Como a conta criada é de uso exclusivo para o envio de informações, dúvidas e comentários enviados pelos magistrados, via aplicativos, não serão respondidos pela Amagis.

Qualquer pedido de esclarecimento,

ou solicitação de informação sobre serviços prestados aos associados, deve ser enviado diretamente para o departamento específico, a fim de que possa ser dado o tratamento mais adequado à demanda.

A iniciativa é uma das primeiras medidas adotadas pelo novo diretor de Comunicação da Amagis, o juiz Christyano Lucas Generoso,



Receba informações da AMAGIS pelo WhatsApp ou Telegram

Cadastre o número do WhatsApp e do Telegram da Amagis nos contatos do seu celular:

(31) 99881-4367

E envie-nos uma mensagem solicitando a inclusão na lista.

facebook.com/Amagis | twitter.com/AmagisMG | youtube.com/AmagisMG

defesa das garantias democráticas.

As informações divulgadas por meio do Facebook e Twitter têm ainda o objetivo de alertar à sociedade sobre o retrocesso que alguns projetos em tramitação no Congresso Nacional podem representar para o Sistema de Justiça.

Siga a Amagis pelos endereços facebook.com/amagis, twitter.com/amagisMG; assista aos programas de TV e palestras pelo youtube.com/amagisMG e mantenha-se atualizado sobre as notícias da Associação no site amagis.com.br. Veja abaixo algumas peças da campanha de valorização promovida pela Amagis nas redes sociais.■

da 22ª Vara Cível de Belo Horizonte, nomeado pelo presidente da Associação, desembargador Maurício Soares, em setembro último.

Nos últimos meses, por meio de sua Assessoria de Comunicação Social, a Amagis tem intensificado a divulgação de conteúdos nas redes sociais que visam a valorização da Magistratura na pacificação social e



TJMG, TRE-MG e TJMMG

CONQUISTAM O SELO OURO DO CNJ

2017

SELO Justiça

COM EXCELENCIA

OURO

A Amagis parabeniza os Tribunais, em especial seus dirigentes, magistrados e servidores, por mais esta conquista, fruto de trabalho sério e dedicado.

AMAGIS

www.amagis.com.br



HONRA E RESPEITO

OS MAGISTRADOS MINEIROS TÊM ORGULHO DA MISSÃO QUE EXERCEM EM FAVOR DA PAZ SOCIAL.

www.amagis.com.br

AMAGIS

ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS MINEIROS

DROGAS E NOVA VISÃO

Cerca de dois terços dos estados dos EUA permitem o uso de maconha medicinal

TARCÍSIO MARTINS COSTA*

Em 1883, Benjamin Ward Richardson, um renomado médico britânico, anunciou os perigos de tomar chá. Disse que causava “um estado histérico extremamente nervoso”. Em 1936, um artigo publicado no *American Journal of Nursing* afirmava que “um usuário de maconha poderia atacar subitamente com violência homicida a pessoas que estivesse mais próxima dele.” E acrescentava que a maconha e o chá têm três coisas em comum: “altera o ânimo, são considerados toleravelmente seguros e causam adição”.

Besteiras à parte, hoje, cerca de dois terços dos estados norte-americanos já permitem o uso de maconha medicinal, e um número crescente, como Nevada, onde fica Las Vegas, Colorado, Massachusetts e Washington já permitem a cannabis recreativa para adulto. A venda em Nevada foi legalizada em um plebiscito paralelo à última eleição presidencial. A lei prevê um imposto sobre a cannabis, que representa um terço do varejo, sendo parte destinada ao orçamento de Educação no estado. Quando da legalização, um grande de surto de consumo apanhou a indústria desprevenida, levando o governador republicano a aprovar medidas emergenciais destinadas a aumentar o fluxo de maconha para as 47 revendas do estado, algumas das quais tiveram filas na porta desde que a erva passou a ser oferecida nos dispensários.

Em que pese as contradições e da política nos estados unidos com relação à erva (maconha), impõe-se reconhecer que a visão do problema mudou radicalmente. Dessa forma, se intensifica no Brasil e no mundo o debate sobre a legalização das drogas e se o enfoque do seu combate deve ser meramente repressivo.

Como ressaltamos, em artigo publicado nesta mesma coluna, sob o título *A maconha no Brasil – O Impacto econômico sobre a legalização substância na economia brasileira*, em 2015, o plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) começou a julgar ação que chegou ao tribunal por recurso da Defensoria Pública, em processo envolvendo um presidiário flagrado na prisão com três gramas de maco-

nha, condenado a prestar serviço comunitário por dois meses. O ministro Gilmar Mendes defendeu a descriminalização para uso de todo tipo de droga, enquanto os ministros Edson Fachin e Luiz Barroso também votaram pela descriminalização, mas só para o porte de maconha.

Os três declararam inconstitucional o artigo 28 da Lei de Drogas, que considera criminoso quem adquire, guarda, transporta ou leva consigo drogas para consumo pessoal. O julgamento, porém, foi interrompido por pedido de vista do ministro Teori Zavascki, que veio a falecer. Está nas mãos do novo ministro do Supremo, Alexandre de Moraes, liberar para votação o po-

lêmico processo, parado desde setembro de 2015. Como sucessor dele, o ministro Moraes precisa elaborar o voto para que o processo possa voltar à pauta, pois existem hoje ao menos 315 ações desse tipo aguardando uma definição.

Segundo o ministro Barroso, a medida desmontaria o tráfico de drogas e, com isso, o número de condenados diminuiria. afirmou, ainda, que, se a experiência desse certo com a maconha, seria o caso de legalizar também a cocaína. Legalize-se o crime, e está tudo resolvido.

Lamentavelmente, o ministro não se dá conta do peso da toga e do alcance das suas opiniões. Transmite o descompromisso de um comentário qualquer, pouco contribuindo para uma discussão séria e construtiva. Lembre-se que, na Suécia, após cerca de 30 anos de liberação, o consumo de drogas voltou a ser ilegal. Os dependentes surpreendidos por qualquer agente da lei, da segurança ou do serviço social devem ser encaminhados para tratamento.

Causa-nos enorme perplexidade, ao se falar sobre drogas, que palavra alguma tenha sido dita sobre o consumo do álcool e de outras drogas para menores e como mantê-los afastados de seu consumo. Mesmo sabendo, como enfatiza o jornal *El País*, que o álcool, tolerado no âmbito familiar, passou do oitavo ao quinto lugar como principal causa de morte, é difícil que no Brasil, de hoje, se consiga combinar uma ação fiscalizadora legal e firme, aliada a uma estrutura de tratamento efetivo, tal como ocorreu na Suécia.■

*Desembargador

“EM QUE PESE AS CONTRADIÇÕES E DA POLÍTICA NOS ESTADOS UNIDOS COM RELAÇÃO À ERVA (MACONHA), IMPÕE-SE RECONHECER QUE A VISÃO DO PROBLEMA MUDOU RADICALMENTE”

“CAUSA-NOS ENORME PERPLEXIDADE, AO SE FALAR SOBRE DROGAS, QUE PALAVRA ALGUMA TENHA SIDO DITA SOBRE O CONSUMO DO ÁLCOOL E DE OUTRAS DROGAS PARA MENORES E COMO MANTÊ-LOS AFASTADOS DE SEU CONSUMO”

Planos terão novos procedimentos em janeiro

Amagis Saúde já oferece alguns dos novos serviços incluídos pela ANS



A partir de janeiro de 2018, entrará em vigor o novo rol de procedimentos e eventos em saúde, divulgados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), no dia 7 de novembro. O rol da ANS constitui a referência para a cobertura mínima obrigatória a ser oferecida pelas operadoras de planos de saúde, respeitando a segmentação contratada pelos usuários do plano.

Ao todo, foram incluídos 18 novos procedimentos e eventos, dos quais alguns já eram cobertos pela Amagis Saúde, como o exame de imagem para diagnósticos de fibrose (elastografia hepática ultrassônica), cuja liberação pelo plano deve ser feita de acordo com as Diretrizes de Utilização (DUT) da ANS.

Juntamente com o novo rol de procedimentos, a Agência alterou algumas DUTs já existentes, ampliando a cobertura aos usuários

dos planos de saúde. Entre elas, estão o PET/CT (tomografia por emissão de pósitrons/tomografia computadorizada) oncológico com análogos de somatostatina para pacientes portadores de tumores neuroendócrinos, e a terapia antineoplásica oral para o tratamento do câncer, cuja liberação sem a restrição das DUTs já eram feitas aos associados da Amagis Saúde antes mesmo da ampliação promovida pela ANS.

Para decidir pela inclusão de um procedimento ou ampliação das diretrizes de utilização, antes mesmo da atualização realizada anualmente pela Agência, a Amagis Saúde conta com o trabalho de sua auditoria médica, que analisa o perfil dos usuários do plano e os benefícios que serão obtidos com a medida. Esses estudos são apresentados ao Conselho Gestor de Saúde, que decide pela liberação ou não do serviço. ■

DICAS

Tomografia de Coerência Óptica

Indicada para o diagnóstico precoce de doenças na retina, a Tomografia de Coerência Óptica é um exame oftalmológico não invasivo e de não contato. A liberação desse procedimento deve seguir as Diretrizes de Utilização definidas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar. Veja abaixo:

► **Acompanhamento de pacientes em tratamento ocular quimioterápico – que apresentem a forma exsudativa, também conhecida como úmida ou neovascular, da degeneração macular relacionada à idade (DMRI) –, incluindo o exame inicial realizado antes do início do tratamento antiangiogênico;**

► **Acompanhamento e confirmação diagnóstica das seguintes patologias retinianas: edema macular cistoide (relacionado ou não à obstrução venosa), edema macular diabético, buraco macular, membrana neovascular sub-retiniana (que pode estar presente em degeneração macular relacionada à idade, estrias angioides, alta miopia, tumores oculares, coroidopatia serosa central), membrana epirretiniana e distrofias retinianas.**

► **Acompanhamento de paciente em tratamento ocular quimioterápico – pacientes com edema macular secundário à degeneração macular relacionada à idade (DMRI), retinopatia diabética, oclusão de veia central da retina e oclusão de ramo de veia central da retina –, incluindo o exame inicial realizado antes do início do tratamento antiangiogênico (Esse critério passa a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2018);**

Em caso de dúvidas, ligue para: (31) 3079-3478, (31) 3079-3479, (31) 3079-3480 e (31) 3079-3481, de 2ª à 6ª, de 7h às 19h, e sábado, de 8h às 13h15. ■

Magistrados superaram desafios com esportes

A prática de corrida é um alívio da pressão do dia a dia

N o último dia 3 de dezembro, centenas de pessoas de todo o País concentraram-se na Praça de Yemanjá, em Belo Horizonte, para a largada da XIX Volta Internacional da Pampulha. Entre atletas profissionais e amadores, que fizeram o percurso de 18 quilômetros, estava a desembargadora Áurea Maria Brasil.

Neste ano, a magistrada, que, mesmo quando não consegue disputar a competição, corre o entorno da lagoa pelo menos uma vez ao ano e costuma fazer o trajeto em um tempo médio de 2h05, completou a prova 1h55. As juízas Mariana de Lima Andrade, Fernanda Machado Moura Leite, Fernanda Baeta e o juiz Thiago Colnago Cabral também participaram da prova, entre outros.

A desembargadora Áurea Brasil contou que sempre praticou esportes, como o vôlei e a ginástica, e que, em 2005, teve seu primeiro contato com as corridas de rua. "Achei interessante a energia e a aura das pessoas que participavam das corridas. E isso me deu vontade de começar a correr", disse.

Mesmo praticando a modalidade há 12 anos, a desembargadora não se limita à corrida. Ela também pratica ginástica e musculação, que são importantes para o preparo físico e evitar lesões. Com o acompanhamento da professora de ginástica Andréa Fernandes, com quem treina há 20 anos, Áurea Brasil se prepara para as provas, correndo pelo menos três vezes por semana, em uma rotina que alterna treinos mais curtos e rápidos, com percursos mais longos.

O juiz Leonardo Bolina Filgueiras, da Vara da Infância e da Juventude e de Execuções Penais da Comarca de Betim (Grande BH), é outro amante da corrida e depois de se dedicar à modalidade há 15

Prova atrai atletas profissionais e amadores de todo o mundo



anos, começou a praticar triatlão em março de 2017.

Com um treinamento que se aproxima cada vez mais do alto rendimento, o juiz conta com a assessoria da Marca D'Água Sports para sua rotina de treinos semanais que, além do ciclismo, natação e corrida, inclui ainda exercícios regenerativos e funcionais. De acordo com ele, os exercícios são

realizados sempre nas primeiras horas do dia. "Essa rotina me faz trabalhar melhor. É uma válvula de escape para o estresse", afirmou.

A desembargadora Áurea Brasil também vê a prática de exercícios físicos como uma forma de combater o estresse e ajudar nos desafios do dia a dia. "A corrida é uma atividade que implica exercício de superação. Mais importante do

que o preparo físico é a persistência mental de superar as dificuldades e dar conta de alcançar os objetivos. Superar os desafios é sempre uma motivação muito grande", comentou.

Preparando-se para disputar sua primeira prova olímpica de ironman, em Florianópolis, o juiz Leonardo Bolina, para quem o triatlão pode ser praticado por qualquer pessoa, desde que observada as características de cada um, também chamou a atenção para o bem-estar proporcionado pelas atividades físicas. "Durante a prática esportiva, parece que seus pensamentos ficam livres. Você tem boas ideias e consegue organizar sua vida", afirmou. ■

PLANO NOTA 10

Pela 10ª vez consecutiva, a Amagis Saúde recebeu, em outubro, a nota máxima da ANS e reconhecimento da Unidas pela qualidade dos serviços prestados.

Saiba mais em:
amagissaude.com.br



Cresce campanha contra câncer de próstata

Magistrados aderiram à mobilização que alerta para esse tipo de câncer

A Amagis e a Amagis Saúde levaram a Campanha Novembro Azul ao Fórum Lafayette, à Unidade Raja Gabágliia e aos Juizados Especiais Cíveis e da Fazenda Pública, em Belo Horizonte, para alertar os magistrados sobre os riscos do câncer de próstata. Essa é a segunda causa mais comum de morte por esse tipo de doença entre homens.

No dia 9 de novembro, a vice-presidente de Saúde da Amagis, juíza Luzia Peixôto, e o diretor de Comunicação, juiz Christyano Lucas Generoso, estiveram no Fórum Lafayette para destacar a importância da prevenção contra o câncer de próstata. Já no dia 14 do mesmo mês, Luzia Peixôto esteve acompanhada da diretora-subsecretária, juíza Rosimere Couto, para a mesma abordagem na Unidade Raja Gabágliia.

Em referência às ações realizadas em outubro, contra o câncer de mama, Rosimere Couto observou que as iniciativas de prevenção realizadas pela Amagis Saúde procuram abranger juízes e juízas, observadas as particularidades, mas sempre pautada pela promoção da qualidade de vida. "É uma

medida que a gente tem de ter cuidado, é uma campanha de suma importância, não só para os magistrados, mas incentivar toda a população a se prevenir", afirmou.

Para o juiz Marco Aurélio Ferrara Marcolino, chama a atenção o fato de que casos de câncer de próstata têm aumentado consideravelmente. "É por isso que, há dez anos, faço anualmente o exame preventivo. Todo homem com mais de 50 anos e, principalmente, aqueles com alguma predisposição genética devem procurar um médico para que seja indicada a realização do exame", disse.

O juiz Wauner Batista Ferreira Machado, da 3ª Vara da Fazenda Pública Municipal, ressaltou a importância da campanha. "Temos de conscientizar para a importância do cuidado com a saúde pela prevenção", comentou.

Para incentivar a prevenção, em novembro, a Amagis Saúde isentou a cobrança da taxa de coparticipação de 25% na realização do exame PSA (Antígeno Protástico Específico, na sigla em inglês), do usuário do plano que realizou o procedimento nesse mês. ■

IZABELA MACHADO



Novembro Azul no Fórum Lafayette

AMAGIS



Campanha foi levada aos Juizados Especiais Cíveis

AMAGIS



Juízes da unidade Raja Gabágliia aderiram ao movimento

Agende o check-up com antecedência

Marcação programada dos exames dá mais agilidade ao atendimento

Criado há três meses, o programa Check-up da Amagis Saúde tem tido boa adesão dos usuários do plano, contemplados com o serviço no mês de seu aniversário. Ao contrário do que se poderia supor, os beneficiários que têm o direito de realizar a bateria de exames não precisam aguardar a data de seu natalício para marcar a consulta.

O agendamento do check-up pode ser feito assim que o usuário receber a carta da Amagis Saúde com as congratulações pelo aniversário e informações de como realizar os procedimentos.

Entre os associados que já utilizaram o programa está o juiz Marcos Antônio Ferreira, da Comarca de Montes Claros, para quem a iniciativa é um investimento na própria saúde. “O programa é um pre-

**Juiz
Marcos
Antônio
Ferreira:
“investi-
mento na
saúde”**



sente maravilhoso que a Associação deu para seus associados no mês de nossos aniversários”, comentou.

A marcação antecipada pode ainda evitar contratempos, uma vez que, em função da grande procura dos usuários da Amagis Saúde pelo Programa de Check-

-up, o agendamento junto aos prestadores de serviço tem sido bastante concorrido. Por isso, a Associação recomenda aos interessados que programem a consulta com antecedência.

Para agendar o serviço, os magistrados que residem nas comarcas do interior mineiro devem entrar em contato com a Amagis Saúde pelo telefone (31) 3079-3499, ramal 3407, ou pelo e-mail [checkup@](mailto:checkup@amagis.com.br)

amagis.com.br para se informar sobre qual credenciado poderá melhor atendê-los. Em Belo Horizonte, foram credenciados o Hospital Mater Dei e a Clínica Check-up Center.

Para a marcação das consultas do programa não é necessária autorização prévia, não há cobrança de taxa de inscrição, mensalidade, coparticipação e tampouco é preciso cumprir carência para poder usar o benefício. ■

Conselho faz balanço positivo de 2017

Amagis Saúde manteve a nota máxima da ANS e inovou com o check-up

O Conselho Gestor da Amagis Saúde reuniu-se no dia 28 de novembro, na sede da Amagis, para deliberar sobre assuntos administrativos.

Os conselheiros fizeram ainda um balanço positivo de 2017, quando a Amagis Saúde recebeu, pela 10ª vez consecutiva, a nota máxima no Índice de Desempenho da Saúde Suplementar da Agência Nacional de Saúde Suplementar, e o prêmio da União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde. Foi também

neste ano que o plano inovou com o Programa de Check-up.

Participaram da reunião, o presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares; a vice-presidente de Saúde, juíza Luzia Peixoto; os desembargadores Edison Feital Leite, Estevão Lucchesi, José Nicolau Masselli e Márcio Aristeu Monteiro de Barros; e os juizes Carlos Salvador, Marli Maria Braga Andrade, João Luiz Nascimento, Kenea Márcia Damato de Moura Gomes e Juarez Morais de Azevedo. ■

GEORGIA BACVAROFF



Reunião do Conselho Gestor na Amagis